

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.669 - MG (2019/0298820-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
SUSCITANTE : **RADIAL DISTRIBUICAO LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **GRUPO FORTE ATACADISTA, PARTICIPACOES E**
EMPREENHIMENTOS EIRELI
ADVOGADOS : **JOEL LUIS THOMAZ BASTOS E OUTRO(S) - SP122443**
IVO WAISBERG - SP146176
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL DE FAZENDA**
PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM - MG
SUSCITADO : **JUÍZO DA 9ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG**
INTERES. : **JOSE ANTONIO SOARES**
ADVOGADO : **PATRICIA NOMINATO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MG118080**

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, em que são suscitantes as empresas RADIAL DISTRIBUIÇÃO LTDA. e GRUPO FORTE ATACADISTA, PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS EIRELI, ambas em recuperação judicial, e suscitados o JUÍZO DA 9ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL DE FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM – MG, onde tramita a recuperação judicial.

As suscitantes informam que ajuizaram pedido de recuperação na Justiça comum do Estado de Minas Gerais, o qual foi deferido (e-STJ fls. 74/76).

Relatam que (e-STJ fl. 6):

(...) o MM. Juízo Trabalhista simplesmente desconsiderou o deferimento do pedido de recuperação judicial das Suscitantes e seus efeitos, ignorando por completo a competência do MM. Juízo da Recuperação Judicial para decidir questões que impliquem em constrição ao patrimônio das Suscitantes, em total violação à jurisprudência consolidada deste c. STJ.

9. Com efeito, a decisão que determinou medidas constritivas em face das Suscitantes caracteriza-se como um precedente perigoso, pois incentivados por esta decisão ilegal, outros juízos podem agir da mesma forma, o que certamente gerará um prejuízo imensurável as Suscitantes.

10. Isto porque, para viabilizar a continuidade das suas atividades enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, já gravoso por si só, as Suscitantes precisam ter a garantia de que seus bens não serão constritos ou alienados por juízos diversos daquele no qual tramita o seu processo de recuperação judicial, de modo que possam fazer frente às despesas operacionais básicas e fundamentais à sua atividade.

Discorrem sobre a competência do Juízo da recuperação e sobre a impossibilidade de o Juízo trabalhista dispor do patrimônio das empresas recuperandas, sob pena de prejuízo para os credores devidamente habilitados.

Postulam, em caráter liminar, a suspensão do "trâmite da reclamação trabalhista

nº 0011330-02.2016.5.03.0009, ajuizada por José Antônio Soares, em curso perante o MM. Juízo Suscitado da 9ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG e, caso já tenham ocorrido atos de constrição contra as Suscitantas, que estes sejam imediatamente desfeitos" (e-STJ fl. 13).

No mérito, pedem o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

Liminar deferida às fls. 102/104 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 115/324 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal pela competência do juízo universal (e-STJ fl. 327):

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PRÁTICA DE ATOS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1. Iniciada a recuperação judicial, com a apresentação e homologação do plano, é fundamental que eventuais atos constritivos dos ativos da sociedade sejam submetidos ao crivo do juízo universal, sob pena de se esvaziar o propósito da recuperação.
2. Não se mostra cabível a retomada automática das execuções individuais mesmo após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005. Jurisprudência desse Superior Tribunal de Justiça.
3. Parecer pela competência do juízo universal.

É o relatório.

Decido.

Segundo orientação desta Corte Superior consolidada na Súmula n. 568/STJ, o relator pode decidir monocraticamente, de plano, o conflito de competência, quando exista jurisprudência dominante do Tribunal sobre o tema.

É esse, precisamente, o caso dos autos. Existem decisões unipessoais em conflitos de competência envolvendo recuperações judiciais e execuções individuais da lavra de praticamente todos os Ministros integrantes da Segunda Seção do STJ. Confirmam-se: CC n. 121.327/DF, Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 2/5/2012, CC n. 102.613/SP, Ministro MASSAMI UYEDA, DJe 7/10/2011, CC n. 118.574/SP, Ministro SIDNEI BENETI, DJe 27/10/2011, CC n. 118.524/SP, Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 4/5/2012, CC n. 120.454/SP, Ministra ISABEL GALLOTTI, DJe 30/4/2012, CC n. 116.410/SP, Ministro VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 27/4/2012, e CC n. 120.829/RJ, Ministro MARCO BUZZI, DJe 3/5/2012.

No presente caso, busca-se fixar o juízo competente para julgar atos executivos contra o patrimônio das empresas suscitantas, que se encontram em recuperação judicial.

A Lei n. 11.101/2005, em seu art. 47, estabelece a prevalência do interesse público e social na manutenção da atividade econômica da empresa em recuperação sobre o interesse privado de cada um dos credores individuais. Assim dispõe a regra legal:

Art. 47 - A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte

produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

A lei infraconstitucional – considerando a mencionada função social da empresa e a manutenção de, pelo menos, uma parte dos empregos existentes – tem como objetivo o restabelecimento financeiro da devedora. Para tanto, atribui exclusividade ao juízo universal, onde se processa a recuperação judicial, para a prática de atos de execução de seu patrimônio, evitando a efetivação de medidas expropriatórias isoladas que possam prejudicar o cumprimento do plano de recuperação. Desse modo, disciplina o *caput* do art. 49 da Lei n. 11.101/2005: "Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos."

A jurisprudência do STJ é pacífica quanto ao tema, conforme demonstram os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda.
2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).
3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC n. 147.032/RJ, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/9/2017, DJe 19/9/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

1. A competência para o pagamento dos débitos de sociedade empresária no transcurso de processo de recuperação é do juízo em que se processa o pedido de recuperação e em observância ao plano aprovado e homologado.
2. A manutenção da possibilidade de os juízos de execuções individuais procederem à constrição do patrimônio das sociedades recuperandas afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial, privilegiando-se determinados credores, ao arrepio do que hegemonicamente restou estabelecido no plano de recuperação. Inteligência do art. 6, §2º, da LF n. 11.101/05. Concreção do princípio da preservação da empresa (art 47).
3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no CC n. 125.697/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 4/2/2013, DJe 15/2/2013.)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL QUE CORRE NO JUÍZO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A arguição incidental de inconstitucionalidade deve ser provocada pela parte no

primeiro momento que comporte manifestação dos interessados nos autos, caso contrário, fica obstada pela preclusão consumativa.

2. 'Apesar de a execução fiscal não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, §7º, da LF n. 11.101/05, art. 187 do CTN e art. 29 da LF n. 6.830/80), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.' (CC 114987/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2011, DJe 23/03/2011).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC n. 115.275/GO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/9/2011, DJe 7/10/2011.)

Assim, uma vez aprovado e homologado o plano de recuperação judicial da sociedade empresária, todos os atos de constrição e expropriação sobre seu patrimônio estarão sujeitos ao Juízo da recuperação judicial.

No que se refere à norma do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005, a Segunda Seção do STJ vem reiteradamente decidindo que, "em regra, uma vez deferido o processamento ou, *a fortiori*, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005" (AgRg no CC n. 117.211/GO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/2/2012, DJe 14/2/2012).

Notícia a 9ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG que, diante da evidência de formação de grupo econômico, foi determinada a inclusão de outras empresas que não se encontram em processo de recuperação judicial.

Segunda a jurisprudência desta Corte Superior, a constrição do patrimônio dessas empresas não está impedida pelo deferimento da recuperação judicial das suscitantes. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. INCLUSÃO DE COOBRIGADOS NO POLO PASSIVO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. COMPETÊNCIA INDISTINTA DA JUSTIÇA COMUM E DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INVASÃO DE ATRIBUIÇÕES JUDICIAIS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Nos termos da iterativa jurisprudência desta Corte, a Justiça do Trabalho tem competência para decidir acerca da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade em recuperação judicial, bem como para, em consequência, incluir coobrigado no polo passivo da execução, pois tal mister não é atribuído com exclusividade a um determinado Juízo ou ramo da Justiça.

2. Nas hipóteses em que bens de terceiros, de sócios, de coobrigados, de devedores solidários ou de sociedade do mesmo grupo econômico, não submetidos ao plano de recuperação judicial, são chamados para responder à execução ajuizada contra a sociedade em recuperação judicial, a jurisprudência desta egrégia Corte firmou o entendimento de não reconhecer a existência de conflito de competência, porquanto não há dois juízes decidindo acerca do destino do mesmo patrimônio.

3. Em casos assim, a sociedade em recuperação judicial é até mesmo beneficiada com a continuidade da execução contra os sócios ou coobrigados, pois em um primeiro momento fica desonerada daquela obrigação, que somente depois lhe será exigida, se for o caso, regressivamente.

4. Incidência da Súmula 480 desta Corte: "O juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de

Superior Tribunal de Justiça

recuperação da empresa."

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC n. 160.384/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 30/10/2019.)

Portanto, a decisão proferida no presente conflito não impede a continuação da demanda relativa às demais empresas e sócios, uma vez que apenas as ora suscitantes encontram-se em recuperação judicial.

Diante do exposto, CONHEÇO do presente conflito positivo de competência, APENAS quanto aos atos referentes ao patrimônio das empresas em recuperação proferidos pelo JUÍZO DA 9ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG, na Reclamação n. 0011330-02.2016.5.03.0009, para DECLARAR COMPETENTE o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL DE FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM – MG.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator